

Automatização de arquivos¹

MICHAEL COOK

1 - Nesta conferência proponho-me fornecer algumas referências sobre os acontecimentos recentes ocorridos no mundo dos arquivos e da arquivística — o mundo da gestão dos arquivos como prefiro dizer.

2 - Para mim um dos acontecimentos mais interessantes é o desenvolvimento desde 1983 dos estudos sobre as regras de catalogação de arquivos.

Agora sabemos que há regras semelhantes às AACR2. As regras AACR2 serviram como infraestruturas às do formato MARC (e temos que admitir que foi criado, com sucesso, em formato MARC AMC para os Manuscritos AMC — Archives & Manuscripts Control) que está agora em uso na América do Norte. As regras AACR2 foram aceites muitas vezes pelos bibliotecários de manuscritos históricos ou literários, mas ainda não foram adoptadas pelos arquivos propriamente ditos ou pelos arquivistas nos serviços especializados de arquivos.

Durante os anos de harmonização, ou seja de aproximação entre as profissões da informação — sinto-me feliz de assinalar que esta harmonização é, verdadeiramente, uma marca do espírito dos nossos dias — tornou-se muito difícil para os arquivistas continuar a ignorar a validade das regras estabelecidas desde há tanto tempo. É necessário, finalmente que lhes possam explicar se desejam continuar a ignorar a validade das regras dos bibliotecários.

Para tentar pôr fim a este problema, criou-se na Universidade de Liverpool um projecto de pesquisa, «l'Archival Description Project» nos anos de 1983-4. O projecto foi financiado pela British Library REDD e pela Sociedade dos Arquivistas (em Inglaterra a Sociedade dos Arquivistas não faz parte da Associação de Bibliotecários). O relatório do projecto, aparecido em Fevereiro do corrente ano (1986) tomou a forma de MAD (Manual of Archival Description): Está disponível na Sociedade dos Arquivistas (Ingleses).

Os autores do MAD encarregaram-se, de resolver a seguinte questão: Porque não é possível descrever, ou catalogar os arquivos «entre les bonnes», de um modelo de catalogação essencialmente constituído para os materiais bibliográficos. A resposta do MAD diz haver razões muito precisas. Aqui, limito-me a indicar somente três dessas razões:

¹ Conferência pronunciada em Maio de 1986, na Reitoria da Universidade Clássica de Lisboa, realizada no âmbito do Grupo de Arquivos. Tradução coordenada por Ana Maria Rosário Rodrigues.

a) O problema do crescimento de núcleos arquivísticos: O modelo clássico de um serviço de arquivos exige que se integre na administração de uma organização qualquer — por exemplo um ministério ou um governo — e o serviço habitua-se a receber de tempos a tempos transferências de documentos pertencentes a um núcleo arquivístico já existente. Então, logicamente, será necessário adaptar a catalogação destes núcleos arquivísticos, com crescimento periódico de modo a permitir a junção da documentação que nele deve ser incluída. A utilização da informação contida nos pré-arquivos ou nos documentos praticamente correntes é naturalmente uma das mais importantes funções de um serviço de arquivos.

b) O problema do nível da descrição. O MAD encarregou-se de definir, que cada unidade arquivística deve ser descrita, pelo menos, a dois níveis. Ora isto seria uma regra imbatível. (Mais tarde, gostaria de discutir esta proposta com os conservadores de manuscritos, se assim o desejarem).

Um dos dois níveis obrigatórios seria o nível «macro» segundo o qual a catalogação é considerada como descrição de uma unidade demasiado grande, um conjunto de peças tendo o seu carácter próprio.

O outro nível «micro» permite ao catalogador considerá-lo como um conjunto de documentos individuais, um pouco mais semelhante ao material de biblioteca.

Aliás tem vindo a notar-se que, na prática, os serviços têm o hábito de utilizar vários níveis de catalogação — ou de controle — além dos dois níveis obrigatórios.

Habitualmente, utiliza-se, pelo menos, quatro níveis e sem sair do que é bastante comum e normal, verifica-se o hábito de utilização de oito ou até talvez de doze níveis de controlo ou de catalogação. Estes níveis constituem, com efeito, (na linguagem dos computadores) «files with files», isto é, bases de dados subordinadas no interior de séries de bases maiores.

Adicionalmente, cada nível de controlo exige um formato diferente, ora estes formatos pertencendo cada um a um nível particular, assemelham-se muito aos formatos em uso nas bibliotecas.

Enfim, um sistema de catalogação de arquivos deve ser sempre um sistema de bases de dados ligados entre si por laços complexos.

c) O terceiro aspecto que caracteriza as descrições arquivísticas é o da profundidade da descrição.

Uma descrição deve conter mais ou menos informação em função do (seu) assunto, segundo as necessidades da ocasião. É pouco possível estabelecer uma regra semelhante às AACR2, que possa orientar a operação de todas as tarefas de catalogação em arquivos.

Para abordar o problema em poucas palavras, diria que as unidades dos arquivos quase nunca são descritas efectivamente pelos seus títulos nem por um reduzido número de palavras-chave. É necessário quase sempre fazer um resumo mais ou menos estruturado: a profundidade e conteúdo deste resumo deve ser decidida pelo arquivista.

Por conseguinte estes três princípios — com outros sete ou oito menos importantes neste contexto — dão-nos razões válidas para que os

arquivistas continuem a evitar os métodos de catalogação dos bibliotecários. A investigação prosseguirá, com a pesquisa de formatos para intercâmbio internacional de dados arquivísticos, até se conseguir criar um formato electrónico comparável ao do MARC. Espero que esta pesquisa tenha como sede a Universidade de Liverpool. A título de exemplo, talvez possa sugerir-vos o meu serviço de arquivos, é uma unidade quase autónoma da Universidade, com uma função pedagógica voltada sobretudo para o ensino. Neste momento, está em vias de se tornar o principal centro de investigação em arquivística, comparável aos centros de biblioteconómicos de Sheffield, Loughborough e Bath, e que, de tempos a tempos, tenham notícias dos seus progressos.

3 - Agora passarei à questão da informática e da automatização.

Como é talvez, sabido, vim a Lisboa para conferenciar sobre informática nos arquivos a questão que hoje domina as vidas de todos nós, obreiros no campo da arquivística. Os arquivistas do mundo inteiro, não puderam, até ao presente, fazer tantos progressos quanto os seus colegas bibliotecários. É certo que existem sistemas avançados nos arquivos nacionais dos países maiores e mais ricos: entre eles os Estados Unidos, o Canadá, a Alemanha Federal e a França. A parte destas grandes organizações, a automatização de arquivos tem sido domínio do interesse de entusiastas, geralmente indivíduos que são, por vezes, membros (regulares ou correspondentes) do comité de informática do Conselho Internacional de Arquivos (CIA).

Este Comité prosseguiu o seu interesse durante alguns anos. Publica um jornal denominado ADPA, o qual é provavelmente, bem conhecido entre nós. Como todos os outros comités da CIA, reúne-se todos os anos em determinado país (previamente escolhido segundo a conveniência), e mantém em programa de actividades.

Duas ou três vezes durante os congressos internacionais convocados pela CIA, de quatro em quatro anos, o comité organizou um colóquio internacional que tinha por finalidade a formação dos arquivistas em informática. O último destes colóquios realizou-se em Coblence, 1984.

A fim de expandir e de reforçar este ensino directo, o comité publicou em 1981, «Introduction to Archival Automation» de Arald Molsen. Graças ao progresso que se está a alcançar no mundo dos computadores, houve a necessidade de escrever este livro, estando a sua segunda edição em curso. Na sua última reunião, que se realizou em Otawa, 1985, o comité recebeu o relatório de um inquérito internacional elaborado durante o inverno de 1984-85.

Este inquérito revela que, quase em toda a parte, os serviços de arquivo estão em vias de automatização. Nos países menos ricos, como por exemplo, a Malásia, começou-se pela utilização de um ou dois micro-computadores, trabalhando por tarefa limitada. (Na Malásia, fez-se, primeiramente, o controle dos documentos relativos aos salários de reforma dos antigos funcionários — um bom exemplo de Records Management). Nos países mais mecanizados, parece que há duas linhas de desenvolvimento que são as seguintes:

a) Os países nos quais se tenta melhorar ou aperfeiçoar os serviços de arquivos das províncias, regiões e comunas (pelo menos os das comunas que constituem as grandes cidades): exemplos deste género verificam-se nos Países-Baixos, Noruega e mesmo França. (É de realçar que, este ano, cerca de 12 ou 13 grandes cidades francesas pediram directamente e em nome próprio à CIA para serem admitidas como membros do conselho o que sugere que os seus serviços de arquivo atingiram um certo nível de competência e de grandeza).

b) A outra categoria é a dos países em que o objectivo principal dos informáticos foi a de assistir aos estudos ou investigações de história. O primeiro país deste grupo foi, talvez, a Itália. As publicações dos serviços de arquivos de estado italiano (actualmente são dezassete serviços segundo os principados históricos da Itália) alcançaram um alto nível de perfeição pois, actualmente, são apoiadas por alguns projectos para análise dos documentos históricos por meio do computador, como por exemplo, o projecto «Patriziato Veneziano» que procura analisar e representar os dados contidos numa mesa de impostos medieval. Há ainda muitos outros projectos um tanto semelhantes como por exemplo, o do Centro de Documentação da Universidade Católica de Nijnegau, na Holanda, que utiliza o sistema designado rápido.

É evidente que, agora, é possível utilizar os computadores de forma efectiva em projectos de arquivística. Graças ao aparecimento dos micro-computadores com os seus sistemas populares, operou-se uma mudança radical.

O comité sobre informática manterá a sua próxima reunião na Sicília, Setembro do corrente ano (se a mafia o permitir).

Na Grã-Bretanha, a Sociedade dos Arquivistas tem, também, um comité para a informática (da qual tenho a honra de ser o presidente este ano). O comité participou na investigação que tornou possível a produção do MAD; e actualmente, está a analisar a questão do formato electrónico dos dados arquivísticos.

Durante os últimos anos, este comité concentrou os seus esforços num programa para a formação dos arquivistas em informática. Penso até que todos os anos, desde 1981, realizou um Workshop ou seminário, cada um dos participantes tinha cerca de três dias para apresentar um aspecto a todos os leigos em informática. Este ano, no entanto, houve uma mudança de política. O seminário, realizado na Universidade de Cambridge, concentrou a sua atenção não naqueles que não têm conhecimentos de informática mas sim nos que foram incumbidos pelos seus directores de introduzir a informática nos seus serviços. E, a este nível houve vários participantes.

Terminado o seminário de Cambridge, os participantes reuniram-se e decidiram que a sociedade dos arquivistas deverá criar um «User Group».

A criação deste «User Group», está em marcha mas, provavelmente, só lá para o verão é que estará formalmente instituído. Se esta proposta resultar passará a haver quatro grupos especializados no quadro da Sociedade dos Arquivistas. Estes são a favor dos «Records Management

Conservation Specialist Repositonis» dos quais vos falarei mais adiante.

O novo grupo publicará, sem dúvida, um boletim de novidades relevantes sobre os computadores e continuará, igualmente, a organizar programas de formação e aperfeiçoamento.

c) Informatização.

O problema dos arquivos informatizados começa a fazer sentir a sua presença. É evidente que muitas das bases de dados são criadas «ab initio» a partir de sistemas informáticos e quase nunca no papel (salvo no caso de registos estatísticos ou sumários). Este fenómeno surgiu, primeiramente, no caso das bases de dados sociológicos no recenseamento nacional, nas investigações sobre aspectos da estrutura social dos sectores da população. No âmbito do governo central, os arquivos nacionais (Public Record Office), ocupou-se do caso e está em vias de criar uma secção de informática. Este serviço deverá abrir as suas portas ao público em 1988. Fora do âmbito do governo, existe a Data Archive na Universidade d'Esse. Aí, desde há alguns anos, os utilizadores podem ter acesso aos arquivos de tipo sociológico, já computerizados. Na Universidade de Liverpool, procura-se estabelecer as bases de um serviço semelhante destinado à gestão dos arquivos administrativos, aliás começou-se com os da administração da própria universidade.

Esta operação permitiu detectar muitos problemas de ordem técnica. As bases de dados que se descobriram na sequência de um inquérito, têm todos os formatos possíveis.

Primeiramente, será necessário reduzir estes formatos a um que sirva de norma (provavelmente em bandas magnéticas). Depois disto, será necessário pesquisar o depósito de bases de dados criados e mantidos por outras organizações, segundo o modelo tradicional de serviços de arquivos no mundo dos documentos em papel.

Finalmente, é necessário que, em face dos problemas com que nos debatemos, tornemos possível o acesso aos utilizadores. É claro, que este empreendimento exige muito trabalho e um esforço de planificação, embora tenhamos aproveitado a ajuda dada pelos Arquivos Públicos do Canadá. Aí, já há oito ou dez anos que se procedem à gestão dos arquivos computerizados. No Canadá, há todo o hardware necessário, incluindo as máquinas para conservar e avaliar as bandas magnéticas, têm, igualmente, grande experiência no que toca aos meios de acesso aos dados.

Na América do Norte, aliás, na sociedade dos arquivistas americanos, organizou-se um Workshop com a duração de 3 dias que se deslocou em tournée sucessivamente a cada uma das grandes cidades. O Workshop, dado por Tom Brown (do Arquivo Nacional dos Estados- Unidos), Carolina Geda e Kate Gravel (da APC) deslocou-se à Europa durante 1985, tendo participado na conferência de IASSIST, em Amesterdão.

Um outro acontecimento de 1986 foi o começo da nova lei na Grã-Bretanha, para a protecção dos dados pessoais de carácter confidencial. Todas as bases de dados devem ser registadas junto de um funcionário público nomeado: as pessoas, a quem os dados dizem respeito, têm o direito

de inspecionar as bases: as quais devem ser destruídas ao fim de um certo tempo. É evidente que esta previsão é contra os interesses dos serviços de arquivos e, quando houver um problema de conservação arquivística, é necessário fazer o registo usual na secção de registo (e assim pagar o imposto do registo). Ainda que nós, ingleses, não tenhamos uma lei de liberdade de informação (FOI), as actas governamentais indicam talvez algumas directrizes a traçar no futuro.

4 - Agora, quero abordar o tema da formação profissional. Fui nomeado presidente do comité para a formação profissional do CIA no congresso internacional, realizado em Bona em 1984. No ano seguinte o comité reuniu-se em Varna, na Bulgária. Houve uma sessão conjunta com a FID e a IFLA, onde se discutiu a questão da formação em gestão.

Este ano reunimo-nos em Sousse, na Tunísia, sendo a sessão organizada pelo Instituto Superior de Documentação da Universidade de Tunes. O Ministério da Cultura espanhol convidou-nos para nos reunirmos em Granada em 1987. Todos os que estejam interessados ou queiram participar no programa podem assistir à reunião que se realizará, provavelmente no fim de Abril; mas devo dizer que infelizmente não temos dinheiro para pagar as despesas.

O comité está a elaborar um anuário e posteriormente pensa criar uma rede de informação sobre as escolas, cursos de ensino, professores de arquivística em todo o mundo.

Começou-se pela publicação, em francês, do «Annuaire des écoles d'archives» por Le Moel, podendo encontrar-se exemplares nos Arquivos do Estado belga. Este anuário, foi publicado em russo, embora um pouco modificado; os exemplares (se houver russofilos aqui) podem obter-se na Direcção dos Arquivos Búlgaros, em Sófia. Outra tradução muito mais modificada, foi proposta em língua árabe. Não estamos satisfeitos com o anuário tal como ele está. A sua compilação levou demasiado tempo estando os seus elementos geralmente já ultrapassados; e talvez o plano não fosse melhor para o projecto. Decidimos que a rede das escolas e professores seria organizada numa base de dados, mantida em on-line na Escola de Arquivos do Estado Holandês, em Haia. O nosso ilustre colega Pieter Sigmord, director do Rijksarchiefchool, é responsável por ela, sendo necessário dirigir-se a ele para a obtenção de informações tencionamos fazer circular um boletim, cujo primeiro número já apareceu, contendo notícias e talvez mesmo artigos que interessem aos professores de disciplinas arquivísticas.

Actualmente os projectos principais do comité são dois:

Em 1988 será publicado um número especial da «Archivum» dedicada inteiramente à formação profissional. O Comité sugeriu títulos de capítulos e nomes de autores para nele se incluírem.

Também em 1988 propôs-se a organização de um colóquio internacional imediatamente antes do Congresso Internacional desse ano que se realizará em Paris em Setembro, os participantes deste Colóquio serão professores dos cursos e escolas de arquivística ou então os que estão encarregados da formação nos seus serviços. Espera-se que seja possível

encontrar ajuda financeira para auxiliar os que venham de países menos desenvolvidos.

O Comité está empenhado com a UNESCO, IFLA e FID na tarefa da harmonização, isto é a harmonização da estrutura do ensino entre as 3 profissões da informação-bibliotecários, arquivistas e documentalistas. Sei que em Portugal se deu já ao mundo um modelo de ensino harmonizado. Mas este modelo não é aceite na maioria dos países. O projecto de harmonização data de 1974, quando foi proposto como parte do projecto da UNESCO NATIS — o sistema nacional de informação planificado e integrado. Foi desenvolvido durante anos numa série de reuniões, especialmente na que se realizou em Paris em 1984. Nesta reunião apresentaram-se 3 estudos dedicados a 3 aspectos: a gestão, a informação e o estudo dos utilizadores. O estudo sobre o ensino da gestão elaborado pelo Prof. Paul Wassemou (da Universidade Maryland); (que versava o tema de informática por mim próprio) e o terceiro, o estudo sobre os utilizadores por M. Série, professor da escola EBAD em Dakar, no Senegal.

Depois desta data, a harmonização foi adoptada principalmente pelas organizações não governamentais, FID, IFLA, CIA. (Mas a UNESCO está a preparar um curriculum planificado para o ensino harmonizado da informática que deve ser publicado no fim deste ano. As organizações não governamentais realizaram várias reuniões e conferências sobre o assunto por exemplo em Viena, na Áustria, sobre o ensino da conservação. A próxima realizar-se-á em Montreal, no Canadá, em 1986. Em Agosto de 1987 haverá um colóquio internacional em Brighton, organizado pelas 3 organizações não governamentais antes da conferência da IFLA, e cujo tema será a formação harmonizada das 3 profissões. Finalmente, realizar-se-á o Colóquio Internacional já citado, o do Comité para a formação da CIA, em 1988, em Paris.

Deveria, talvez, acrescentar algumas palavras sobre o tema da harmonização. É evidente, e com efeito, todos concordam num ponto: a semelhança dos modelos ou estruturas dos cursos de formação das 3 profissões. Esta estrutura é semelhante ao processamento num sistema informático. Há 3 etapas: de input, processamento; output. Alguns concluíram deste facto que o conteúdo de cada disciplina deve ser mantido em comum e que os aspectos especializados e específicos das 3 profissões deverão ser novamente marginais. Infelizmente esta aproximação baseia-se num erro. Embora semelhantes na sua estrutura, os cursos de formação para as 3 profissões são distintos no seu conteúdo. As disciplinas que poderiam ser tratadas em comum são as que mais depressa acabam por ser marginalizadas também. As disciplinas comuns, como a informática, estão indissoluvelmente associadas aos assuntos estritamente profissionais: por exemplo, não é possível estudar informática se não nos debruçarmos simultaneamente sobre a estrutura de uma representação bibliográfica ou de uma descrição arquivística ou ainda sobre a linguagem de pesquisa numa base de dados.

A harmonização interfere na estrutura das carreiras profissionais. Em Inglaterra e na América do Norte, começou a pensar-se no estatuto

da profissão de arquivista. Em Inglaterra, a Sociedade dos Arquivistas está a elaborar um plano para o registo dos arquivistas. Foi proposta a quantos se interessem pela actividade da sociedade, nela possam entrar como sócios (o que não era o caso até ao presente), mas aqueles que receberam uma formação académica e que ocupam actualmente um lugar profissional, sejam reconhecidos como «arquivistas de facto». Haverá também, uma norma pública a que todo o arquivista filiado deveria estar ligado. Para a implementação deste plano, a Sociedade dos Arquivistas, conseguiu, em 1985, estabelecer um sistema para o reconhecimento dos cursos de formação. Todos os anos, representantes da Sociedade dos Arquivistas farão uma visita formal às escolas de formação e farão um inquérito e uma inspecção.

Na América (Estados Unidos e Canadá) parece que se vai mais longe. O plano para a profissionalização dos arquivistas foi publicado e é muito interessante. Foi proposto, como em Inglaterra, que para se ser aceite como arquivista profissionalizado se deveria ter uma formação académica e alguns anos de experiência profissional como arquivista mas, para além disto, é necessário estar em dia com algumas obras mais que obrigatórias. Por exemplo, é preciso adquirir em cada ano alguns pontos como os seguintes: ser membro ou secretário de um comité, assistir a uma conferência ou seminário, completar um curso superior ou ter publicado qualquer obra. Os arquivistas profissionalizados que não possam demonstrar por estes meios a sua devoção à formação permanente, arriscam-se a perder o seu estatuto de «profissionalizados». Por agora, este plano não é senão um documento que está em discussão — e talvez até nem seja possível pô-lo em prática. No entanto todos o seguem com interesse.

5 - Penso que todos os presentes conhecem as publicações da UNESCO que apareceram com o título de RAMP. Estes livros e documentos contribuíram muito para melhorar as normas e práticas arquivísticas no mundo inteiro. A maioria dos documentos RAMP, e o próprio programa, foram elaborados por M. Frank Evans, que ocupava o lugar de perito em arquivo na UNESCO/PGI desde 1975 a 1983. Actualmente, retomou o seu lugar no quadro nos Arquivos Nacionais dos Estados Unidos, não tendo sido substituído, devido às dificuldades financeiras da UNESCO. Não há pois, perito em arquivos na PGI. Todavia, o programa RAMP continua. Os títulos que estavam no prelo, devem ser publicados e um pequeno número de outros fazem parte do plano. A planificação do RAMP será feita este ano, através de uma consulta organizada pelo CIA e PGI e, que se realizará em Helsínquia durante o mês de Setembro. É provável que o CIA se responsabilizará pela preparação da maioria das futuras publicações internacionais.

6 - Tem havido alguns progressos na Grã-Bretanha no mundo dos arquivos. Acontece que, nos últimos dez anos, o número dos que trabalham nos arquivos ou na gestão de documentos administrativos aumenta de ano para ano. A Sociedade dos Arquivistas tem, no momento presente, mais de mil membros (e para se ser membro é necessário ter recebido uma formação

e manter uma actividade profissional). Um pequeno número destes membros trabalham nos arquivos nacionais ou nos serviços governamentais; um certo número trabalha na Commonwealth britânica. Por conseguinte a maior parte trabalha em serviços não governamentais. Talvez metade ocupe lugares em serviços de arquivos regionais ou municipais; a outra metade encontra-se em institutos que se dedicam à investigação, ou às universidades (há 44 na Grã-Bretanha) ou em outras instituições especializadas; ou encontra-se no sector privado. São sobretudo as sociedades anónimas que operam nas indústrias petrolíferas, do aço, do carvão e da banca, que sentiram necessidade de empregar arquivistas. Hoje em dia, os nossos estudantes estão em vias de passar o seu período de prática (obrigatória para entrar em cursos de formação) em estabelecimentos comerciais ou industriais.

É interessante referir em apoio do que foi dito, que apareceu há um ou dois anos um anuário dos serviços de arquivos publicado por uma casa de editores comerciais (Macknillan). Este anuário contém os nomes e outros detalhes sobre 709 serviços de arquivos por todo o país. Este número é impressionante; alguns são necessariamente muito exíguos para funcionarem a um nível propriamente profissional; mas todos pertencem evidentemente ao tipo de informação de arquivo.

Outro exemplo interessante do conhecimento crescente e do valor dos serviços de arquivo e de gestão de documentos é o de um dos canais de televisão. Uma sociedade anónima, fundada em 1981, está em vias de transmitir os seus programas de TV sob o nome de Canal 4 — o quarto e o mais novo canal da televisão da Grã-Bretanha. É uma sociedade privada que tirá os seus lucros dos anúncios comerciais. Ela propõe-se estabelecer numa universidade (provavelmente a minha) um serviço de arquivos. A sociedade depositará os fundos arquivísticos (falo somente de papéis e não de bandas vídeo) e a Universidade encarregar-se-á de organizar a pesquisa e a utilização (e da conservação) desses materiais.

Os arquivistas especializados que trabalham em tais serviços são os membros da «SRG», o grupo dos depósitos especializados. Já vos referi que brevemente existirão 4 grupos ou secções na Sociedade dos Arquivistas. O grupo «SRG» tem, como os outros, um programa anual de actualidade. A sua primeira preocupação é dirigida à formação, porque nesse campo há um grande número que começaram a trabalhar sem ter recebido uma formação adequada.

Cada ano, haverá um Seminário dedicado a um assunto semelhante a «Como inserir um Serviço de Arquivo na administração da sua organização». Outros seminários procuram aperfeiçoar as práticas dos serviços muito especializados: Os arquivos do som, do filme, da TV, da história oral. Geralmente as actas desses seminários são publicadas pela Sociedade dos Arquivistas, na sua revista «JSA», ou como documentos particulares.

Quando vos indiquei o número dos membros da Sociedade dos Arquivistas sublinhei-vos, sem dúvida, até que ponto a profissão dos arquivos é mais reduzida do que a das bibliotecas. Sei, naturalmente, que os membros da «LA» (Library Association) se contam em dezenas de milhares.

A «LA» tem já, desde há muito, o seu secretariado a tempo inteiro e o seu próprio edifício. A Sociedade dos Arquivistas Americanos possui também a sua direcção executiva. Os arquivistas ingleses têm prosseguido até agora o seu trabalho comum com serviços de indivíduos feitos nos seus tempos livres. Este trabalho está sempre a aumentar e, presentemente pensa-se na possibilidade de encontrar meios para empregar um Secretariado Geral a tempo inteiro. Alguns acham preferível uma cotização baixa, envolvendo os esforços de todos; outros preferem aumentar substancialmente as cotizações e assegurar assim a existência de funcionários. Quando regressar à Grã-Bretanha e entrar neste debate, poderei explicar aos meus colegas o modo como a vossa Associação BAD conseguiu juntar os esforços dos membros das 3 profissões, dirigindo-as a um fim comum.

CONCLUSÃO

Vou concluir o meu pequeno discurso com alguns acontecimentos no mundo dos arquivos. Encontramo-nos como é sabido, num mundo em mutação constante e há evidentemente muitas outras coisas muito importantes a que não me refiro. Penso mesmo que alguns dos assuntos que escolhi são por vós bastante conhecidos. Se assim fôr, peço desculpa. Fostes muito pacientes em escutar-me. Foi um prazer estar aqui e encontrar-vos, caros colegas e, estou satisfeito por ser portador das homenagens e dos votos dos vossos colegas da Grã-Bretanha e do CIA. Obrigado.